



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

O Município de Cataguases (MG), por seu Prefeito Sr. José Henriques, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar chamada pública para formalização de dispensa de licitação, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos. O procedimento de chamada pública para **aquisição de gêneros alimentícios, leite em pó integral, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural** observará o §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009, a Resolução do FNDE 06/2020 e demais aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 198.800,00

PERÍODO DE DIVULGAÇÃO:
04/03/2024 ao dia 25/03/2024

PERÍODO DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
De 8 horas do dia 04/03/2024 às 16h do dia 25/03/2024

Data da análise da documentação: 26/03/2024 às 9h

Endereço: Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG

Disponibilidade do edital: www.cataguases.mg.gov.br (licitações).

ESCLARECIMENTOS: licitacaopmcataguases@gmail.com - (32) 3429 2500 Ramal 152, 153

1. DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios, LEITE EM PÓ INTEGRAL, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

GÊNERO	QUANTIDADE
LEITE EM PÓ INTEGRAL: Aspecto: Pó uniforme sem grumos, homogêneo e fino. Não conterá substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis - Cor: Branco amarelado - Sabor e odor: agradável não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite em pó deverá conter somente as proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo pelas modificações originadas por um processo tecnologicamente adequado. Embalagem metalizada, pacote de 400g.	4.000 kg

*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar

2. DOS ANEXOS

2.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

2.1.1. Anexo I – Termo de referência

2.1.2. Anexo II – Modelos de Projeto de Venda;

2.1.3. Anexo III – Modelo de Declaração de Controle do Limite Individual de Venda;

2.1.4. Anexo IV - Modelo DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

2.1.5. Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO VINCULO DE NATUREZA ECONOMICA

2.1.6. Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.

2.1.7. Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES

2.1.8. Anexo VIII - MODELO Declaração de ME/EPP/Agricultor Familiar

2.1.9. Anexo IX – Minuta do Contrato.

2.1.10. Anexo X - Mapa analítico

2.1.11. Anexo XI - Planejamento

3- FONTE DE RECURSO

3.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos provenientes 2024, a saber. Recurso PNAE/1552 - Gestão da Alimentação Escolar - Material de consumo (ficha 863)

3. DA HABILITAÇÃO:

3.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.4 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

3.5 A documentação para habilitação dos participantes são os seguintes:

3.5.1 Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

3.5.1.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);

3.5.1.2 Cópia do documento de identidade;

3.5.1.3 Comprovante de residência

3.5.1.4 Número do PIS;

3.5.1.5 Cópia da DAP principal, ou estrato da DAP, de cada Agricultor Familiar Participante;

3.5.1.6 Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação

Escolar (anexo II) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes.

3.5.1.7 Dados bancários

3.5.1.8 CADASTRO NO SICAF (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-como-fornecedor-da-administracao-publica>), totalmente gratuito.

3.5.2 Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

3.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica (CNPJ);

3.5.2.2 Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP jurídica para associações e cooperativas;

3.5.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

3.5.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

3.5.2.5 Prova de regularidade para com a receita Federal

3.5.2.6 Prova de Regularidade para com FGTS;

3.5.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

3.5.2.8 Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

3.5.2.9 Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo II).

3.5.2.10 Declaração de ME/EPP/Agricultor Familiar (Anexo VIII)

3.5.2.11 CADASTRO NO SICAF (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-como-fornecedor-da-administracao-publica>), totalmente gratuito.

3.6 Toda a documentação exigida poderá ser solicitada a critério do Agente de Contratação em original ou cópia autenticada por Tabela de Notas ou por servidor público designado.

3.7 Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

3.8 O envelope, contendo a documentação para habilitação, conterá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE

**ENDEREÇAMENTO: AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO
DA CHAMADA PÚBLICA DE CATAGUASES (MG)**

REFERENCIA: DOCUMENTAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME

4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

4.1. No dia **26/03/2024 às 9h**, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 1º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, o Agente de contratação, Sr. Fabrício Andrade Cruz nomeado pela Portaria nº 647/2023 ou por outro fará avaliação e aprovação da documentação;

4.2. Será aprovado o proponente que apresentar a documentação descrita no item 03 em conformidade com os critérios de seleção dos beneficiários do item 5.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

4.3 A participação dos agricultores interessados na sessão pública **não é obrigatória**.

4.4 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

4.5 Caso o Agente de Contratação julgue conveniente, poderá suspender a sessão para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agro ecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6 - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1 Uma vez proferido o julgamento pelo agente e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento daqueles interpostos, será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação.

6.2 Da deliberação resultado, o proponente deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Cataguases, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o contrato (**Minuta do Contrato Anexo IX**), sob pena de decadência desse direito.

6.3 O Contrato terá a vigência a partir da data de sua assinatura.

6.4 Após o regular decurso da fase recursal, o processo de dispensa será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação.

7. REGIME DE EXECUÇÃO:

A contratada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, decreto 6319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTES:

8.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

8.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

8.1.2 O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo Contratado.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 É expressamente vedada a subcontratação.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência do contrato será de 31 de dezembro de 2024, a partir da data da assinatura ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que ocorrer primeiro.

10.2 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

11. O REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS (ar. 124, II, "D", Lei 14.133/2021)

11.1 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte do contratado, este deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis, apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao futuro contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do futuro termo.



11.2 Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido.

11.3 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que o contratado não teria condições de suportar já na época de apresentação do seu Projeto de Venda. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas.

11.4 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até trinta dias.

11.5 Durante a análise do pedido de reequilíbrio pelo contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto desta chamada pública. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações assumidas, implicando a instauração de Processo Administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

11.6 Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo; o prazo será contado a partir da manifestação do contratado, para os próximos fornecimentos para os quais não tenha sido ainda emitida a Ordem de Fornecimento.

12 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

12.1 As obrigações do contratante e do contratado são as estabelecidas no termo de referência e na minuta do contrato, bem como em outros itens deste Edital.

13 DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução dos fornecimentos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no termo de referência.

13.2 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do contratado e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

13.3 O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o presente Edital e seus anexos.

14. DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1 A forma de recebimento são as estabelecidas no termo de referência e na minuta do contrato, bem como em outros itens deste Edital.

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, concomitantemente, sem o prejuízo de outras:

16.1.1 Advertência, comunicando o contratado sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e, conforme o caso, informando o prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

16.1.2 Multa:

16.1.3 de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto a ser entregue, por dia de atraso no fornecimento do objeto, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após cinco dias úteis, sem o objeto tenha sido entregue, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão.

16.1.4 de mora, correspondente a 1% (um por cento) do valor do objeto recusado. Não havendo a troca ou a complementação do objeto recusado no prazo de quarenta e oito horas, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão. Consequência idêntica terá se ocorrer nova recusa no mesmo fornecimento.

16.1.5 de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto, por dia, pelo atraso na retirada do objeto recusado, até o limite de cinco dias úteis, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após esse prazo, sem que o objeto tenha sido retirado, será considerado abandono dos materiais, podendo a administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

16.1.6 compensatória, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida;

16.1.7 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Campus Barbacena, em favor do contratado. Caso o valor a ser descontado for superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário, e com prazo de dez dias para pagamento por meio de GRU.

16.1.8 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais pelo prazo de até dois anos;

16.1.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

16.1.10 Incorre nesta sanção, entre outros, aquele que entregar produtos de outrem, como se fosse de sua produção.

16.1.11 A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

16.1.12 As sanções serão, quando for o caso, registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e nas demais cominações legais.

16.1.13 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa, no prazo de cinco dias úteis, ou de dez dias úteis quando houver indícios de inidoneidade, contado a partir da data em que o fornecedor tomar ciência.

17. DOS RECURSOS

17.1 Dos atos da Administração, praticados no curso deste procedimento, será admitido recurso hierárquico, no prazo de dois dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

17.1.1. habilitação ou inabilitação do proponente;

17.1.2 rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, nos termos do inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;

17.1.3 aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.1.4 Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de dois dias úteis.

17.2 O recurso será dirigido ao agente de contratação designado, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

17.3 A decisão deverá ser proferida no prazo de cinco dias úteis, contando do recebimento do recurso.

17.4 Os recursos interpostos em razão de habilitação ou inabilitação de proponente terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.5 Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do proponente aos autos do processo ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

17.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. A Administração recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

18.2. A licitante contratada responderá pelos danos que causar à Administração ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

18.4. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal, nos horários de expediente ou pelo telefone (32) 3429 2500, Ramal 153, 152, ou através do email licitacaopmcataguases@gmail.com
Cataguases, 28 de fevereiro de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ADQUIRIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

1 – OBJETO

– Aquisição de produtos alimentícios para a confecção da alimentação escolar para os alunos das escolas da rede municipal do município de Cataguases(MG). Este processo será feito com base na Lei de Licitações nº 14.133/2021.

2- JUSTIFICATIVA:

2.1 – A aquisição da referida mercadoria dar-se-á devido à necessidade da manutenção da alimentação nas escolas e creches municipais, faz-se necessário a aquisição de leite em pó. Os mesmos serão adquiridos através da AGRICULTURA FAMILIAR, de acordo com o artigo 24 da resolução nº 06/2020, que diz: I – Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar nos termos do Art. 14 da Lei 11.947/2009.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar pode ser realizada dispensando-se o processo licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, desde que:

- os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local (conforme a pesquisa de preços realizada);
- sejam observados os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

• os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. Com a dispensa do processo licitatório, a aquisição poderá ser feita mediante prévia Chamada Pública, conforme o § 1º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.

Em relação ao pregão e a outras formas de licitação, a chamada pública apresenta maior possibilidade de atender às especificidades necessárias à aquisição da agricultura familiar. Entende-se que a Chamada Pública é a ferramenta mais adequada porque contribui para o cumprimento das diretrizes do Pnae, no que se refere à priorização de produtos produzidos em âmbito local de forma a fortalecer os hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Ainda, as Entidades Executoras podem realizar mais de uma Chamada Pública por ano se, por razões de conveniência e oportunidade, facilitar o processo de compra, em respeito à sazonalidade dos produtos, bem como a problemas climáticos ou de outra ordem. Da mesma forma, a Chamada Pública poderá ter vigência superior ao ano civil, se assim melhor atender às necessidades do processo de aquisição da agricultura familiar.

2.2 – Todos nós sabemos que criança com fome não se concentra e, por isso não consegue aprender. Através de no mínimo 30% da verba enviada pelo FNDE temos a oportunidade não só de oferecer alimentos que supram parte das necessidades nutricionais dos alunos no período que estão na escola, mas também de possibilitar aprendizagem, sabendo que eles estão consumindo alimentos frescos e adquiridos na nossa região.

03 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na forma, quantidades e prazos especificados neste Termo.

3.2 – Os gêneros alimentícios devem ser acondicionados em embalagens específicas para cada tipo de alimento, as mesmas devem ser atóxicas, apresentando em lugar visível data fabricação/validade (apresentar data de validade de no mínimo 06(seis) meses da data de entrega), quantidade (kg), procedência dos gêneros, as mesmas não devem apresentar ruptura, as embalagens devem estar intactas.

3.3 – A responsabilidade pelo fornecimento dos gêneros será da CONTRATADA, a qual se encontra impedida de transferir para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, este encargo, assim como subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para executar as obrigações objeto deste instrumento.

3.4 – As especificações dos gêneros definidos neste Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, serem respeitados; Padrão de qualidade e características gerais:

LEITE EM PÓ INTEGRAL: Aspecto: Pó uniforme sem grumos, homogêneo e fino. Não conterá substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis - Cor: Branco amarelado - Sabor e odor: agradável não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite em pó deverá conter somente as proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo pelas modificações originadas por um processo tecnologicamente adequado. Embalagem metalizada, pacote de 400g.

3.5 – Fica assegurado a Coordenadoria da Alimentação Escolar, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias a contar da sua notificação, que ficará a cargo da Coordenadoria da Alimentação Escolar.

3.6 – As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

3.7– Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo CONTRATANTE.

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo estabelecido no Edital.

4.2- A contratante será responsável pela conferência de toda mercadorias e documentação e, também, dar os devidos encaminhamentos para o processamento e pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

4.3- Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à contratada.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

5- GARANTIA DO OBJETO

5.1 – Os gêneros alimentícios, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como os mesmos devem apresentar data de validade de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de entrega. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia de troca de gênero alimentício que não estiver de acordo com as especificações contidas no item 3.5 e todos os gêneros devem ser substituídos, em até 07 dias após a notificação, sem implicar aumento no preço registrado.

6 – LOCAL DE ENTREGA:

6.1 – O produto alimentício será entregue diretamente na coordenação de Alimentação escolar situada na Avenida Astolfo Dutra, 770:

7 – CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA:

7.1 – a entrega dos gêneros licitados deverão ser feita conforme AF (Autorização de fornecimento) emitida pela Prefeitura Municipal de Cataguases

7.2 – O pagamento será efetuado conforme solicitação, sempre 15 dias após a entrega dos materiais.

8 – QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA:

8.1 - será adquirido neste processo no mínimo 50% do total solicitado.

9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 As despesas desta solicitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Recurso PNAE/1552 - Gestão da Alimentação Escolar - Material de consumo (ficha 863)

10 – FISCALIZAÇÃO DESTE CONTRATO:

10.1 – A fiscalização deste contrato será feita pela coordenadora da Alimentação Escolar Gisele Moura Souza Rodrigues de Sousa.

Sem mais, agradecemos atentamente,

Gisele Moura S.R.Sousa - Coordenador Alimentação Escolar

Valéria Caetano de Souza Torres - Nutricionista – CRN – 0347 – 9ª. Região



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CRONOGRAMA DE ENTREGA

ANEXO II

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 002/2024

I-IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

A-Grupo Formal

1.Nome Proponente	2.CNPJ	3.Endereço	4.Município	5.CEP	6.Nome do representante legal	7.CPF	8.DDD/Fone	9.Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

B-Grupo Informal

1.Nome do Proponente	3.Endereço	4.Município	5.CEP	6.Nome da Entidade Articuladora	7.CPF	8.DDD/Fone

C-Fornecedores participantes(Grupo Formal e Informal)

1.Nome	2.CPF	3.DAP	4.Nº da Agência	5.Nº da Conta Corrente

II-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1.Nome da Entidade	2.CNPJ	3.Município	4.Endereço	5.DDD/Fone	6.Nome do representante e e-mail	7.CPF

III-RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1.Nome do Agricultor Familiar	2.Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total

1 Total agricultor	2 Total agricultor	3 Total agricultor	4 Total agricultor	5 Total agricultor	6 Total agricultor	7 Total agricultor	8 Total agricultor	9 Total agricultor	10 Total agricultor	Total Do projeto

IV-TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	Total do projeto:

IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS:

V-CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Fone/E-mail:

Local e Data:

Assinatura do Representante do Grupo Formal

CPF:

Agricultores Fornecedores do Grupo Informal

Assinatura

Local e Data



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONTROLE DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins da CHAMADA PÚBLICA nº 002/2024, realizada pela Prefeitura Municipal de Cataguases, que é responsável pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus associados/cooperados estabelecido no Art. 39 da Resolução FNDE/CD nº 06/2020.

Local e Data.

(Representante legal)



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR OU SOCIEDADE COOPERATIVA

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, em papel timbrado da Empresa.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2024 CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

À
Prefeitura do Município de Cataguases

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF nºDECLARA, para fins do
disposto no § 2º do Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, de que cumpre os requisitos legais para a
qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor
rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LEITE EM PÓ INTEGRAL, DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Que fazem o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases (MG), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.702.499/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito Sr. José Henriques, brasileiro, doravante denominado **CONTRATANTE** e _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, neste ato representado por seu representante legal Sr. _____, brasileiro, casado, gerente comercial, residente e domiciliado na Rua _____, portador da cédula de identidade n.º _____, e CPF n.º _____ doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 014/2024, e o resultado final da Dispensa de Licitação nº 003/2024, com fundamento na Lei 11.947/2009 e regulamentos, pela Resolução CD/FNDE 06/2020, Lei nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LEITE EM PÓ INTEGRAL, DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nº 002/2024 o qual integra o presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024 contados a partir de sua assinatura, sendo _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA REGÊNCIA

3.1 O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da 14.133/2021 e alterações posteriores, tem base no Processo Licitatório nº 014/2024, Dispensa de Licitação nº 003/2024, CHAMADA PÚBLICA nº 002/2024.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante a o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na forma, quantidades e prazos especificados no termo de referência (anexo I).

5.2 Os gêneros alimentícios devem ser acondicionados em embalagens específicas para cada tipo de alimento, as mesmas devem ser atóxicas, apresentando em lugar visível data fabricação/validade (apresentar data de validade de no mínimo 06(seis) meses da data de entrega), quantidade (kg), procedência dos gêneros, as mesmas não devem apresentar ruptura, as embalagens devem estar intactas.

5.3 A responsabilidade pelo fornecimento dos gêneros será da CONTRATADA, a qual se encontra impedida de transferir para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, este encargo, assim como subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para executar as obrigações objeto deste instrumento.

5.4 As especificações dos gêneros definidos neste Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, serem respeitados;

5.5 Fica assegurado a Coordenadoria da Alimentação Escolar, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias a contar da sua notificação, que ficará a cargo da Coordenadoria da Alimentação Escolar.

5.6 As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

5.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo CONTRATANTE.

CLAUSULA SEXTA: DAS ESPECIFICAÇÕES, GARANTIA E ENTREGA

6.1 As especificações dos gêneros definidos neste Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, serem respeitados; Padrão de qualidade e características gerais:

LEITE EM PÓ INTEGRAL: Aspecto: Pó uniforme sem grumos, homogêneo e fino. Não conterá substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis - Cor: Branco amarelado - Sabor e odor: agradável não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite em pó deverá conter somente as proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo pelas modificações originadas por um processo tecnologicamente adequado. Embalagem metalizada, pacote de 400g.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.2 GARANTIA DO OBJETO

6.2.1 Os gêneros alimentícios, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como os mesmos devem apresentar data de validade de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de entrega. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia de troca de gênero alimentício vencido ou que estiver de acordo com as especificações contidas no presente contrato e todos os gêneros devem ser substituídos, em até 07 (sete) dias após a notificação, sem implicar aumento no preço registrado.

6.3 LOCAL DE ENTREGA:

6.3.1 O produto alimentício será entregue diretamente na coordenação de Alimentação escolar situada na Avenida Astolfo Dutra, 770.

6.4 CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA:

6.4.1 A entrega dos gêneros licitados deverão ser feita conforme AF (Autorização de fornecimento) emitida pela Prefeitura Municipal de Cataguases

CLÁUSULA SETIMA:

7.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (____), conforme listagem anexa a seguir:

NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR:

CNPJ Nº

DAP Nº

GÊNERO	QUANTIDADE	Vr. Unit	Vr. Total
LEITE EM PÓ INTEGRAL: Aspecto: Pó uniforme sem grumos, homogêneo e fino. Não conterá substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis - Cor: Branco amarelado - Sabor e odor: agradável não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite em pó deverá conter somente as proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo pelas modificações originadas por um processo tecnologicamente adequado. Embalagem metalizada, pacote de 400g.	4.000 kg	49,70	R\$ 198.800,00

7.2 QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA:

7.2.1 Será adquirido neste processo no mínimo 50% do total solicitado.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:

6.2 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de 30 (trinta) dias.

6.3 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante ficando o recebimento definitivo e respectivo pagamento condicionado a efetiva adequação pertinente.

6.4 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa contratante carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

6.5 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.6 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

10.1 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

10.2 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte do contratado, este deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis, apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao futuro contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do futuro termo.

10.3 Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

10.4 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que o contratado não teria condições de suportar já na época de apresentação do seu Projeto de Venda. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas.

10.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até trinta dias.

10.6 Durante a análise do pedido de reequilíbrio pelo contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto desta chamada pública. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações assumidas, implicando a instauração de Processo Administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

10.7 Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo; o prazo será contado a partir da manifestação do contratado, para os próximos fornecimentos para os quais não tenha sido ainda emitida a Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos

órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Centro de Custo: 10 Secretaria de Educação

Recurso PNAE/1552 Material de consumo - ficha 863

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsável.

17.1.1 FISCAL DO CONTRATO: Gisele Moura Souza Rodrigues de Sousa

17.2. Na ausência dos servidores que ocupa, os cargos acima, os responsável tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.3. Compete ao gestor do contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com as atribuições voltadas a para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico - financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

17.4. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e a, na ocorrência desta, não implica em cor-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).
Cataguases, _____ de _____ de 2024.

Jose Henriques
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Educação

Procurador Geral do Município



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X - MAPA ANALÍTICO

RELAÇÃO DE PREÇOS AGRICULTURA FAMILIAR

	Itamixx 19.206.551/0001- 34	Coop. Ribeiro Junqueira 03.133.003/0001- 91	Associação Peq. Prod.Rurais 02.481.859/0001- 95	Estimativa
LEITE EM PÓ INTEGRAL: Aspecto: Pó uniforme sem grumos, homogêneo e fino. Não conterá substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis - Cor: Branco amarelado - Sabor e odor: agradável não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite em pó deverá conter somente as proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo pelas modificações originadas por um processo tecnologicamente adequado. Embalagem metalizada, pacote de 400g.	49,40	51,00	48,70	49,70

Responsável pela cotação:

Valéria Caetano de Souza Torres - nutricionista - CRN9 - 0347

Enviado no email: cataguasesalimentacaopmc@hotmail.com